autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/10/2022

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Declaro abertos os trabalhos da 13ª Audiência Pública de 2022 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 24 de outubro.

Essa audiência pública foi convocada para discutir e instruir diversos projetos de lei.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no *site*, no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. A realização dessa audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial* desde 20/10. Foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* em 20/10 e no jornal *Folha de S.Paulo* em 21/10.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 20/10, devendo os inscritos, pelo *site*, participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Declaro aberta a audiência pública para tratar do PL 812/2021, de autoria da Vereadora Sandra Santana, que "autoriza o Conselho Escolar a criar a Comissão de Educação Ambiental, responsável por fomentar iniciativas sustentáveis na educação municipal de ensino, visando implementar ações educativas relacionadas à coleta bem como providenciar a destinação adequada dos resíduos sólidos e dá outras providências."

Gostaria de convidar para compor a Mesa os Srs: Mauro Haddad Nieri, Gerente de Saneamento Ambiental, representando, neste ato, o Diretor da SPRegula; Sérgio Rodrigues Gonelli, Subprefeito da Freguesia/Brasilândia; e Marcelo José Santos de Campos, Supervisor Técnico de Limpeza Pública da Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Neste momento, pergunto se há presente no plenário ou de forma virtual, representantes da Secretaria Municipal de Educação. Já estão conosco o Subprefeito da Freguesia/Brasilândia e da SP Regula também. Secretaria da Educação, alguém presente? Nem de forma virtual.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Gostaria de, inicialmente, dizer que uma boa parte dos projetos de lei que apresentei ao longo desse um ano e dez meses foi oriunda de muita conversa, de muita discussão e muita sugestão de pessoas que nos conhecem, acreditam no nosso trabalho. Pessoas comuns, cidadãos e pessoas que já tiveram oportunidade de trabalhar comigo.

Esse projeto, cuja audiência está aberta, o PL 812/21, veio por uma sugestão do Marcelo. Quando fui Subprefeita da Freguesia/Brasilândia, o Marcelo já era Supervisor Técnico de Limpeza Pública. Melhor do que eu, gostaria que o Marcelo estivesse aqui, alguns minutos, cinco minutos, Marcelo para poder falar desse projeto, a iniciativa, a sugestão, a origem e o principal objetivo. Pode ser?

O SR. MARCELO JOSE SANTOS DE CAMPOS – Bom dia a todos.

Esse projeto nasce da ideia de fazer com que a educação ambiental, a mudança de paradigmas com relação ao descarte de resíduos, comece a partir da escola. Comece a partir do ensino para os alunos, para que os alunos levem para fora da escola, as crianças levem para fora da escola, a ideia de que o lixo deve ser descartado de forma correta. Os resíduos devem ser descartados de forma correta. E que a Prefeitura tem ferramentas, oferece ferramentas para que essa prática seja adquirida.

Então, é muito importante que, a partir da escola, a partir dos conselhos escolares de educação ambiental, as pessoas se conscientizem, criem a consciência de que os resíduos devem ser descartados de forma correta.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Ele foi rápido, *né*? Muito bom. Se a gente conseguir implementar esse conselho, *né* Mauro? E agir rápido assim, a gente resolve uma boa parte do lixo da cidade. Olha que bacana.

Sérgio Gonelli, Subprefeito Freguesia/Brasilândia. Você tem até cinco minutos para as suas manifestações.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES GONELLI – Olá, bom dia a todos.

Vereadora Sandra Santana, realmente nós da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, em continuidade ao trabalho que você já vinha realizando em relação ao meio ambiente e com

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

o Marcelo à frente da supervisão temos dado continuidade nesse trabalho para poder fazer, ter um descarte de forma regular.

Hoje a cidade São Paulo já sofre muito com isso e tendo essa condição de fazer esse conselho escolar para que as escolas comecem, a partir dali, fazer esse trabalho com os alunos, ter essa conscientização a partir da escola, nós vamos conseguir melhorar muito a situação da região, da cidade São Paulo. Porque, hoje, infelizmente, muitas pessoas acabam achando que somente a separação dos produtos resolve para a parte do descarte de forma regular. E não basta só isso. Tem ali os seus cuidados a tratar do material; o plástico, quando usado, ter que passar uma água para limpar, para fazer de forma regular, porque senão ele estará contaminado.

Então, realmente isso vem de encontro ao que a gente precisa junto à cidade São Paulo, tendo essa condição de as escolas se envolverem, os alunos, a sociedade civil, os pais para podermos ter uma condição realmente melhor, *tá* bom? É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada Subprefeito.

E agora eu gostaria de ouvir também o Mauro, Gerente de Saneamento Ambiental da SP Regula.

O SR. MAURO HADDAD NIERI - Bom dia.

Obrigado, Vereadora. Quero trazer aqui um abraço do Ricardo Torres, nosso Presidente, e dizer que, também, ao Sérgio e ao Marcelo, parabenizá-los, tanto os representantes da Subprefeitura, como a Vereadora, pelo interesse no tema.

Antes da SP Regula fiquei um tempinho na Amlurb, fazendo essa transição, essa mudança de modelo de gestão de resíduos aqui na cidade de São Paulo e a Vereadora sempre interessada, envolvida. E já deve ser a terceira ou quarta audiência pública que eu participo de projetos de lei de sua autoria.

Então, se a sociedade e os representantes, a Câmara, todos os vereadores, se a gente conseguisse reunir esforços como a senhora está propondo seria um pouco mais fácil a gestão do resíduo na cidade, como o Marcelo bem colocou.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Nós, da SP Regula, nesse novo modelo, separados daquilo que foi a Amlurb no passado, no projeto que a senhora colocou de criação do conselho das atividades de gestão de resíduos no Conselho de Educação, com o órgão gestor que está sendo criado, a política municipal de educação ambiental, e a gestão do resíduo sendo um ponto dessa questão ambiental, dentro de todo universo da gestão ambiental, a gestão de resíduos dentro disso.

Então, lá, hoje, a SP Regula, órgão gestor do contrato de coleta e destinação final, quanto mais comunicação, quanto mais conversa, quanto mais educação ambiental para a gente, melhor. Temos essa mesma visão do Marcelo, que as pessoas, as crianças, levando informação para casa, tenham uma consciência maior de como funciona a gestão de resíduos, aquilo que deve ou não fazer, de como funciona, de como que coloca à disposição, de como isso deve ser encaminhado para as cooperativas, enfim, todo esse universo que engloba a gestão de resíduos.

Então nós, da SP Regula, somos favoráveis ao projeto e estamos à disposição. Depois da aprovação, para a colocação em prática daquilo que a senhora falou, na rapidez com que o Marcelo falou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom, Mauro, obrigada.

Eu queria só acrescentar dizendo o seguinte: você lembrou bem o período de Amlurb e, enquanto Subprefeita, a gente chegou a fazer algumas ações em conjunto, colocar em prática alguns projetos. E sempre tivemos em mente - e aí é muito bom que a Prefeitura esteja dando continuidade em alguns projetos -, a gente sempre trabalhou muito próximo, mas a gente sempre teve em mente que a criança, aquilo que você semear, aquilo que você plantar, ela vai levar adiante.

Se hoje a gente tem inúmeros pontos viciados de lixo na cidade de São Paulo, hoje eu já não sei mais dizer quantos são ao todo, mas, infelizmente, foram muitos os pontos viciados que inclusive nós conseguimos reduzir bastante. O Sérgio conseguiu reduzir, o Leo, que foi Sub na Lapa também trabalhou bastante, isso porque o ponto viciado de lixo não escolhe área nobre ou área pobre, ele existe por conta da natureza humana.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Então, oferecer outras possibilidades, pensando no futuro principalmente, estamos plantando uma semente. Nós iniciamos antes da pandemia um projeto piloto lá no CEU Paz, com a Limpa SP. Esse projeto infelizmente foi parado por conta da pandemia, assim como o Molécula, lá na EMEI Porto Nacional. Inclusive, há duas semanas, mais ou menos, eu estive lá junto com o Ricardo Torres buscando retomar esses assuntos da questão da educação ambiental e desses projetos que nós já havíamos colocado em prática.

Então, o lixo não vai se resolver simplesmente a gente chegando e falando "não pode jogar na rua". A gente tem que ofertar inúmeras possibilidades, a gente tem que levar as oportunidades. E, aqui, o nosso projeto, não estou no plenário para fazer defesa, mas é importante inclusive que os convidados das duas próximas audiências públicas conheçam um pouco o teor. Nosso objetivo é mobilizar, fomentar e mexer, de fato, na rede municipal de ensino.

Mexer em que sentido? Promover gincanas, de acordo com o que está proposto aqui com a ideia do Marcelo; promover gincanas interclasses; promover ações, envolver a família; envolver os alunos, os professores; trabalhar com os professores. No CEU Paz, por exemplo, começamos uma capacitação primeiro com a equipe que cuida da limpeza do CEU Paz, a equipe da cozinha, e depois com os professores, os coordenadores.

Ou todos se envolvem, ou nós não teremos uma cidade mais limpa. E não é só isso, temos também no lixo uma oportunidade de geração de renda, de geração de emprego, muito daquilo que a gente joga no lixo poderia estar sustentando famílias, como estão em algumas das cooperativas. Nós ainda não temos a totalidade na cidade de São Paulo, então muito daquilo que vai para o lixo na cozinha, poderia estar sendo reaproveitado no próprio alimento.

Hoje nós estamos com duas frentes, através de uma emenda parlamentar,

capacitando pessoas de duas comunidades da Brasilândia no reaproveitamento de alimentos. Então, são ações, trabalho de formiguinha, de muito amor e de muita paciência.

Eu vi que o diretor Cristian entrou, eu gostaria de saber se o Cristian quer fazer o uso da palavra, porque ele estava inscrito aqui. O Christian é diretor de uma EMEI, lá na Brasilândia, no Jardim Elisa Maria, que é a EMEI Bertha Lutz.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Cinco minutos para as suas considerações, Christian.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Obrigado, Vereadora Sandra.

Agradeço a oportunidade. Um bom dia aos demais presentes.

É um tema poderoso e importante. É um projeto que precisa passar pelas unidades educacionais. Eu sou Christian, sou o diretor da EMEI Bertha Lutz, que é a segunda maior EMEI de toda a Freguesia/Brasilândia. Então, não é pouca coisa, porque nós temos 600 crianças matriculadas frequentes na escola.

Essa questão do lixo a gente convive no dia a dia, aqui no Jardim Elisa Maria. Agora, é um projeto que precisa realmente passar para as escolas. É uma proposição necessária muito importante que está sendo colocada. Talvez precise de alguns aperfeiçoamentos, no caso de se vincular a uma formação continuada aos participantes dessas comissões... (falha na transmissão)... que é a pontuação dos profissionais de educação. Por quê? ...(falha na transmissão)... que a coisa realmente vai ampliar. Aí eu dou o exemplo do Elisa Maria, mas ela vai servir para a cidade de São Paulo. Aqui nós temos uma EMEI, onde eu estou, com 600 crianças.

Ao lado, é uma EMEF com 1.100. Juntando as nossas duas unidades, algumas famílias são as mesmas, mas nem todas. Então, com isso dá, eu já verifiquei na documentação da habitação, nós temos aí pelo menos em torno de 900 famílias diferentes na região. Uma região que nós temos só de habitantes 14 a 16 mil pessoas, se cada família tiver em torno de quatro pessoas, já atinge uma grande quantidade de pessoas aqui no entorno.

Então, a escola realmente é elemento potencializador. Um outro momento, a gente está na discussão do Orçamento da cidade e esse projeto precisa entrar no Orçamento. Precisa entrar para que a Secretaria do Desenvolvimento Econômico possa realmente ampliar as ações que já são muito bacanas das cooperativas. Cooperativas essas que trazem uma economia criativa e trazem desenvolvimento e renda para as comunidades locais. Aqui é a Brasilândia, mas poderíamos falar de Campo Limpo, onde eu atuo por muitos anos também.

Então, é importante, é necessário, e o projeto precisa prosperar. E eu diria: vai no

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

apressamento da Câmara Municipal para que esse projeto saia ainda esse ano aprovado.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Christian.

Sr. Admilson Rosa de Lima Junior estava inscrito para uma fala no plenário virtual. Eu questiono se está presente. Não? Sr. Armando Broggi, da Força Fumcad.

O senhor tem até cinco minutos para as suas considerações.

O SR. ARMANDO BROGGI – Bom dia. Muito obrigado, Vereadora.

Na verdade, eu estou aqui nesse momento como cidadão, porque eu vim para outra audiência. Infelizmente eu não conheço em detalhes o projeto, mas já fui empresário da área de reciclagem de plásticos. Então, quero contribuir da forma que eu acho que pode ser possível.

Não sei o que prevê o projeto, porém, sem dúvida, seria interessante que houvesse nas escolas os *containers* de captação já selecionado para plástico, papel etc. e eventualmente, como foi dito de gincanas, fazer um concurso entre as escolas para ver a que mais trouxesse *per capita*, por exemplo, em resíduos, alguma coisa assim, para ser reciclado. Porque realmente é muito importante. Eu vi, por exemplo, pelo meu filho, que estudou em escola particular, quando ensinaram a ler os poderes nutricionais dos alimentos, e ele era pequeno. Hoje ele vai ao supermercado e cada vez que ele abre um negócio, ele lê lá para ver o que ele vai consumir.

Então, se a gente ensina para a criança quando ela é pequena, aquilo pega. Então, eu acho que esse projeto é bastante importante, sem dúvida. Vejam bem: eu moro na zona Sul. De um lado da avenida há *containers* de coleta seletiva; do outro lado, não há. A Prefeitura, claro, deve ter limitações, *etc*.

Porém, as escolas, acho que seriam pontos importantes de coleta para depois mandar para as cooperativas. Mesmo porque, como a gente sabe que talvez a Prefeitura não consiga colocar em todos os bairros, se as crianças aprendem e vão levando para a escola, é uma boa forma. Aí, dá o exemplo para o outro, e tudo mais.

Era essa a contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Armando.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

A Prefeitura está ampliando, não é, Mauro? Tem previsão de ampliação do sistema de coleta seletiva, mas em alguns dos vários equipamentos públicos dos próprios municipais, a gente já tem o *container* da coleta.

O SR. MAURO HADDAD NIERI – Tem. A coleta, nos prédios públicos, é feita pela concessionária, mas tem a divisão da coletiva seletiva. O incentivo e o fomento à separação, a comunicação e a educação ambiental fazem parte do negócio Gestão de Resíduos, da cadeia do sistema de gestão de resíduos. Você não faz uma boa gestão de resíduos se você não tem uma boa segregação desde o começo. O colega que estava falando aqui que trabalhou com coleta seletiva, sabe disso. Também o subprefeito lembrou: se está contaminado, você não consegue fazer, e isso acaba virando rejeito, material que poderia ser reaproveitado.

Então, faz parte da mesma forma a colocação nos horários adequados, o uso adequado dos ecopontos. A cidade de São Paulo tem hoje uma rede com mais de 120 ecopontos por toda a cidade. A gente tem uma grande dificuldade de achar área e licenciar essas áreas para funcionamento de ecoponto e a parte de compostagem; mas a gente tem uma boa rede de mais de 120 ecopontos. Muitas vezes, a população não sabe. Uma senhora estava falando ali dos pontos viciados. Muitas vezes, é uma pessoa que não tem a informação adequada, fez uma pequena obra, chama um carrinheiro e diz: “Leva aqui para mim”. Aí, a pessoa contratada diz que vai levar para o ecoponto, mas não leva, leva a duas, três quadras adiante, na próxima esquina, vira ali. Nesse caso, o cidadão não sabe que até 50kg a própria concessionária tira o entulho; ou até 1m^3 ele pode levar ao ecoponto. Então, faz parte essa comunicação.

Então, toda iniciativa, Sandra, que nos ajude, que ajude a Prefeitura a fazer essa boa gestão, ela é muito bem recebida. A gente tem trabalhado, estamos num processo, agora, de planejamento do próximo período contratual. Como eu falei anteriormente, a gente teve uma divisão, lá, daquilo que a Amlurb fazia.

Hoje a SP Regula tem um contrato de concessão, e a Secretaria Executiva de Limpeza Urbana – Selimp, que foi criada, com os contratos de varrição, as gestões separaram, e nós estamos estudando o próximo período contratual do domiciliar: qual vai ser o modelo, se

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

vai ser uma concessão de 20 anos, 30 anos, 10 anos, se vai ser a Lei 8.666, qual vai ser o modelo para o próximo período. A gente tem estudado isso lá, inclusive com a ampliação tanto da coleta seletiva, que foi alvo do Tribunal de Contas, ampliação *etc.*, e isso ficou parado, como dos *containers* e da mecanização da coleta e a ampliação, a senhora também acompanha, da rede de cooperativas, com as quais a gente já tem parceria, que a gente atende.

Então, através da Secretaria da Secretária Aline, que a gente possa fomentar e aumentar essa rede de cooperativas. Quer dizer, sempre melhorando a gestão dos resíduos na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom.

Pergunto se há mais alguém que tenha desejo de se manifestar, de forma presencial ou virtual. (Pausa)

Essa é a primeira audiência pública que estamos realizando. Então, as contribuições serão bem-vindas, e já temos a próxima data marcada para 9 de novembro, as 10h30min. Nessa data, acontecerá a segunda audiência pública, momento em que a gente pode receber contribuições, inclusive do próprio Poder Executivo.

Declaro realizada e encerrada a audiência do PL 812/2021.

Agradeço a presença de todos vocês. Àqueles que desejarem, podem continuar com a gente, mas vamos agora passar para outros dois projetos.

Neste momento, declaro aberta a audiência pública, por similaridade, dos dois projetos a seguir: PL 252/2022, de autoria da Vereadora Sandra Santana, que “autoriza o Executivo a instituir o Fundo Municipal da Juventude de São Paulo, com a finalidade de captar recursos a serem destinados ao financiamento dos programas, projetos e ações relacionadas à juventude, identificado como FUMJSP, vinculado ao Conselho Municipal da Juventude – CMJSP, sendo a administração realizada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; e PL 505/2022, de autoria da Vereadora Sandra Santana, em que “ficam acrescidos os incisos VIII e IX no art. 3° da Lei n.º 11.247/92 que Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes”.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Convido, para comporem a Mesa, os Srs.: Sérgio Rodrigues Gonelli, Subprefeito de Freguesia/Brasilândia, neste ato representando o Secretário Alexandre Modonezi; Vitória Borges da Silva, da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, neste ato representando a Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania; Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, membro o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; e Esequias Marcelino da Silva Filho, também do CMDCA.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos os que estão compondo a Mesa e a de todos vocês que participam conosco. É uma pauta importante, interessante e que, mais uma vez, foi trazida por nós através daqueles que militam e atuam na área. Pessoas que tiveram a preocupação de trazer propostas para colaborar inclusive para que o Poder Executivo, o CMDCA e todo e qualquer órgão que tenha interesse em acrescentar com políticas públicas na área da juventude, principalmente, tenham o mecanismo jurídico, legal.

Eu me lembro de que, quando eu conversava com o João Santo - que atua nessa área há muito tempo. A gente se conheceu quando você era Presidente do CMDCA, inclusive. Após as conversas com colegas que estão aqui hoje também, mostrou-se que existe um vácuo na faixa etária. Então, há políticas públicas bem específicas na questão da juventude, e a idade chega aí até os seus 18 anos, mas quando se ultrapassa e se vai chegar até o limite máximo da idade - inclusive isso foi pauta de conversas com os Srs. Valter e Armando e o pessoal todo - já não há essa efetividade. Apesar de serem jovens até os 29 anos, a gente não tem muito o que oferecer, porque o foco principal acaba sendo os primeiros anos da juventude.

Então, eu entendi que realmente vocês tinham razão nas propostas que trouxeram, o Valter, o Armando e alguns outros colegas, inclusive o próprio João Santo; e nós formulamos juntos essas durante as propostas. Até por se tratar aqui de projetos do mesmo tema e similares, a gente está unificando as duas audiências públicas.

Neste momento, gostaria de passar a palavra primeiro para a Vitória, da Coordenadoria de Políticas para a Juventude, que trabalha lá com o Sr. Ramirez, um grande incentivador. No dia em que ele viu esse nosso projeto, veio imediatamente e falou: “Olha, pode

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

contar com a gente. A Secretária Soninha deu boas contribuições também aqui." Então, hoje realizamos a nossa primeira audiência e também, no próximo dia 9, acontecerá a segunda.

A SRA. VITÓRIA BORGES DA SILVA – Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui substituindo a Secretária Soninha e o Ramirez, representando a Coordenação de Juventude, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Pensando que na cidade de São Paulo nós temos 2,9 milhões de jovens, a criação do Fundo Municipal é uma forma de garantir que as políticas públicas para a juventude sejam contínuas.

Além disso, a criação do fundo faz com que a gente tenha um orçamento participativo, por meio da colaboração do Conselho Municipal da Juventude, no qual atualmente a coordenação é a Presidência, gere a Presidência.

O Fundo Municipal de Juventude também faz com a gente consiga garantir duas ODSs da agenda 2030: A ODS 16 da Paz, Justiça e Instituições Eficazes, conforme a gente colabora para o aumento da eficácia das instituições, garantindo que as políticas públicas para a juventude sejam contínuas.

Além disso, também podemos reduzir as desigualdades, já que no ponto – nesse momento, não me recordo qual é o ponto da ODS - a gente fala sobre a promoção de igualdade e inclusão política, social e econômica, independente da idade. Pensando que o Fundo Municipal vai fazer com que a juventude participe mais do conselho, eles podem colaborar, enquanto pensar políticas públicas para essa faixa etária.

Além disso, faz parte do Estatuto da Juventude o direito de participação política e é através do fundo que a gente vai fazer com esses jovens pensem as políticas públicas que vão afetar diretamente a vida deles.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vitória.

Vocês viram quanto é importante a criação do fundo. Parabéns a todos que nos ajudaram a construir esse projeto e a gente espera que seja aprovado aqui nesta Casa.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Passo agora a palavra à Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Meu bom dia a todos e todas. Saúdo a Mesa.

Falar sobre jovens - já pegando esse adendo - para nós se torna um tanto quanto complexo. Não digo difícil, mas complexo. Atualmente nós mudamos até a nossa resolução, a 139, que passou a ser a 149, que versa sobre justamente a idade.

Então, hoje nós, do CMDCA, temos essa definição de faixa etária, abrangendo também uma parte de jovens, principalmente aqueles que cumprem medida socioeducativa, que vai até os seus 21 anos de idade. Apesar de saber que ainda é pouco, nós garantimos a eles essa participação até os 21 anos de idade.

Falar sobre esses 20%, que foi a proposta que nos foi colocada, também se torna para nós não tão viável. Apesar de aumentar o número, o valor, para que nós possamos classificar mais projetos, pensando nas entidades de menor porte e que não têm essa condição de captação, torna-se uma falta de equidade, porque o que nós lutamos e buscamos é justamente a equidade, para que todos tenham a oportunidade de participar. Com 10%, nós conseguimos desenvolver um bom trabalho.

Esse ano classificamos 29 projetos, para que eles comecem a parceirizar a partir ainda deste ano. E, para o ano que vem, já temos um fundo de reserva. Salvo me engano, até trouxe a equipe e o vice, para que se eu cometer algum erro, eles me corrijam. É em torno de dez milhões, Ezequias? (Pausa) Até o momento, dez milhões, para que nós possamos realizar um edital temático, para que esse valor seja de melhor aproveitamento, versando sobre a necessidade do cenário atual.

Então, aqui eu agradeço pelo convite e passo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Gostaria de, neste momento, também ouvir o Sr. Esequias Marcelino da Silva Filho,

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Vice-Presidente do CMDCA.

O SR. ESEQUIAS MARCELINO DA SILVA FILHO – Bom dia a todos.

Agradeço a Mesa, a Vereadora Sandra e a todos aqui presentes.

Então, todo desenvolvimento que ocorre para estar facilitando e melhorando a questão da política pública para criança e adolescente é óbvio. E a questão do nosso Fumcad também, apesar de toda articulação de estar melhorando e colocando em lei, e colocando mais certificação e garantindo ampla dispensa de transparência, quanto mais melhor ainda para todos, e só tem a ganhar a criança e o adolescente.

Passo a palavra para a Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Esequias.

Passo a palavra, para as suas considerações, o Subprefeito da Freguesia/ Brasilândia, neste ato representando o Secretário das Subprefeituras, Alexandre Modonezi.

O SR. SÉRGIO RODRIGUES GONELLI – Bom dia a todos e à Mesa.

Realmente instituir o Fundo Municipal de Juventude vem muito a ganhar com relação à juventude, em aplicar em políticas públicas. A gente sabe que dos 15 a 29 anos, principalmente na sua formação, a partir dos 15 anos, há a necessidade de se investir nos jovens, para que possam inclusive serem inseridos junto ao seu futuro, à escolha do seu futuro.

Então, a gente vê como muito boa a iniciativa. Realmente esse fundo vem a acrescentar ao município, para que se possa realmente investir tanto na cidadania, como na participação social, na educação e tantas outras atividades aos jovens.

Então, essa é a contribuição, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Subprefeito Sérgio.

Neste momento, eu gostaria também de anunciar que o nosso Coordenador de Políticas para a Juventude, Ramirez, está aqui. Por favor, Ramirez, venha compor a Mesa e já aproveite para dar o seu recado, se você assim o desejar, ou aguardar e ouvir mais algumas manifestações.

O SR. RAMIREZ AUGUSTO LOPES TOSTA – Primeiramente, perdão pelo atraso.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Estávamos em outra reunião, mas fui bem representado pela Vitória que sempre é impecável quando tem de representar a Coordenação.

Vereadora Sandra Santana, querido amigo e colegas da Secretária, Subprefeito Sérgio, queria dizer a todos até o que já falei na sessão solene que V.Exa. fez para a juventude, que "não existe política pública sem orçamento." E, de juventude, hoje, na cidade de São Paulo, precisamos de um incentivo da Casa Legislativa porque não adianta só nós, do Executivo, com a boa vontade sem necessariamente a garantia orçamentária para que consigamos desenvolver as políticas públicas com base nos indicadores que pesquisamos e vamos atrás.

Primeiramente, mais uma vez, publicamente, parabenizá-la por essa iniciativa corajosa. É uma iniciativa que prova que V.Exa. é uma das únicas que tem mandato nesta Casa que, de fato, defende a juventude. Temos outros Vereadores, mas não é a quantidade adequada ainda. Espero que isso inspire as outras e outros Vereadores desta Casa a participarem mais na pauta da juventude. Temos a Frente Parlamentar de Juventude rodando e espero que tenhamos uma aderência muito grande na Casa.

Agradeço imensamente o convite. Quero dizer que o Fundo é uma iniciativa fantástica para que possamos, assim como o CMDCA desenvolve projetos específicos com entidades, a gente possa capilarizar, cada vez mais, no setor público as políticas de juventude. Que possamos mudar a mentalidade da nossa sociedade como um todo de que política de juventude, de 15 a 29 anos, não é aquilo do estudou, fez 18 anos e se vira. Não, temos uma responsabilidade e a juventude não é o amanhã. A juventude é hoje. A juventude é agora. Se não fizermos agora, vamos pagar esse preço e esse custo será altíssimo porque estamos hoje no Brasil no maior bônus demográfico de juventude. A conta será muito cara lá na frente.

Parabéns, Vereadora. Como a Vitória disse, a Coordenação é super a favor desse projeto. Espero que ele prospere na Casa, que possamos aprovar e implementar o Fundo Municipal de Juventude, que já existe em outras capitais do Brasil. São Paulo não pode deixar passar. Temos a maior quantidade de jovens em população do Brasil e não podemos ficar para trás. Temos de tomar a dianteira, como sempre fizemos.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

Mando um abraço da Prefeitura, do Prefeito, da nossa Secretária e colocarmo-nos à disposição.

Obrigado pelo espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Ramirez. Dois jovens competentes e empolgados.

Ouvindo vocês e a nossa Presidente do CMDCA do projeto anterior da nossa audiência pública anterior que tratava da questão de implementar a Comissão de Educação Ambiental dentro dos conselhos escolares. Imagina com a possibilidade de você arrecadar recursos no CMDCA e implementar projetos nas unidades escolares. Vamos pegar ali a primeira infância que é exatamente isso que a gente quer.

São projetos: um com foco maior na questão da educação ambiental, mas no ambiente da Secretaria Municipal de Educação; o outro mais focado na juventude; e um terceiro com foco também na criança e no adolescente. Como eles são correlatos. Um vai complementando o outro.

Neste momento passo a palavra ao Sr. Admilson Rosa de Lima Júnior, de forma virtual. Não está na sala.

Mas está presente o Sr. Armando Broggi, da Força Fumcad, que também se inscreveu para falar sobre este projeto.

Tem a palavra o Sr. Armando.

O SR. ARMANDO BROGGI – Bom dia novamente.

Queria saudar a nobre Vereadora, Fabiana e Esequias, que batalham lá no CMDCA para fazer as coisas funcionarem.

Queria agradecer a presença dos representantes da sociedade civil, representado pelo Valter e Vinícius, do IOS. Queria parabenizar a Vereadora e João Santo que é uma parceria ótima para o caso de Fumcad. João Santo já tem chapinha de ativo fixo por conta das questões de criança e adolescente.

Realmente, esse projeto é muito importante porque ele vai sacramentar de forma

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

legal a possibilidade do direcionamento dos recursos a projetos aprovados pelo Conselho. Hoje, em virtude de determinados eventos que ocorreram no nível Federal, várias empresas deixaram de aportar recursos para os projetos aprovados, porque existe uma dúvida da garantia. Por exemplo, eu tenho uma empresa que tem como foco apoiar projetos de meio ambiente e aí uma organização colocou um projeto que foi bem proposto pela senhora – *okay*, fiz um projeto Fumcad para educação ambiental nas escolas - a empresa vai lá e direciona a parte do seu Imposto de Renda, como é legalmente permitido, para o projeto. As áreas de *compliance*, em virtude do que ocorreu a nível federal, existe uma dúvida que poderá ser que esse dinheiro não vá para este projeto, mas vá a outros projetos. Está no fundo e tal. Aí, as empresas estão deixando de fazer esse aporte por causa disso.

No município, temos a grande sorte de já termos esse direcionamento previsto em um decreto municipal, porém não é uma lei. Então, não tem a solidez da lei. Esse é o primeiro ponto.

Então, novamente, parabenizar. Isso é uma coisa muito importante para nós. O Força Fumcad é um movimento de um coletivo de organizações da sociedade civil que tem projetos para os fundos da criança e adolescente e, hoje, é composto por aproximadamente 70 organizações.

Teria dois pontos a comentar a respeito do que li do projeto. O primeiro é que nos argumentos, quando se fala dos 20%, diz-se que os 20% serão para apoiar as organizações que não conseguem captar. Isso não é verídico. Por quê? Porque o dinheiro que fica retido é usado para projetos prioritários em editais temáticos ou prioritários, podemos chamar assim, que o conselho decide em função de um diagnóstico que ele faz do município. Ele decide que a região da Brasilândia, por exemplo, a gente tem uma carência de esportes. Então, ele pode promover um edital para organizações que queiram fazer projetos de esportes na região da Brasilândia. Então, esse é um edital temático e é prioritário, porque ele viu que naquela região precisa disso.

Então, é nesse sentido que esse dinheiro que fica retido é utilizado. Em primeiro lugar, gostaria de fazer esse ajuste para dizer para onde é usado esse dinheiro. Muito bem usado

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

por sinal.

Segunda coisa, concordo plenamente com que disse a Presidente Fabiana de que reter 20% é um valor extremamente elevado por várias razões. Primeiro, o principal que ela disse, as organizações nem todas têm grande capacidade de retenção. Temos que entender que a retenção de 20% é a retenção do valor captado, ou seja, significa 25% a mais do valor do projeto. Se eu tenho um projeto de 100 mil reais, eu tenho de captar 125 mil para que 20% disso, ou seja, 25 mil, e eu abato. Então, a gente já está aumentando em um quarto o valor de um projeto. Hoje a gente aumenta 11% - que é 10% e dá 11,1 e tal -. Então, esse valor é elevado nesse sentido.

Mesmo para as organizações maiores, como hoje – e aí é uma questão de CMDCA - existe uma política de projetos de dois anos, a captação para você fazer um projeto de dois anos é o dobro do que seria de um ano só. Então, aí aumenta mais a necessidade de captação e esse valor seria bastante elevado. E, inclusive, uma das outras fontes de receita que o Fundo tem, apesar de não ser a mais desejável, é dos rendimentos financeiros, porque enquanto o dinheiro foi captado até que seja feita a celebração da parceria, esse dinheiro está sendo aplicado pela Prefeitura e esses rendimentos ficam para o Fundo. Então, ele também tem uma outra fonte, vamos dizer, colateral de recursos, que também ajuda bastante.

Como disse a Fabiana, se já temos hoje 10 milhões, a virada do ano é onde se capta mais recursos sempre, porque temos Edital aberto, agora, deve ser aberto o Edital 2023, provavelmente em novembro será lançado para o Edital 2023. Então, com a continuidade disso, esses 10% geram um bom recurso para o Fundo, que como disse ela, é justo para todas as organizações e pelo que temos visto, este ano foram quase 30 projetos aprovados, eu acho que está ótimo e o principal ponto é esse, 10%, acho que é um ótimo número.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Armando.

Passo a palavra ao Sr. João Santo, cinco minutos para suas considerações.

O SR. JOÃO SANTO – Bom dia a todas e a todos, Vereadora Sandra Santana, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa; Serginho, um grande camarada; Esequias, meu

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

amigo de longo tempo; Fabiana, que conheço há pouco tempo, tivemos alguns embates, mas sempre todos respeitosos; Vitória e o Ramirez.

Primeiro, falar do projeto da juventude, Ramirez, ele foi construído e é legal isso, porque se construiu em visita a algumas entidades que pediram para a Vereadora fazer um projeto nesse sentido. E foi feito em algumas mãos, então, foi compartilhado, e sempre tem alguma coisa que o conselho pode contribuir e vai contribuir com certeza, será muito bem-vindo.

Mas, o projeto nasceu de ouvir as pessoas. Isso que é legal e, infelizmente, não é federal, então, não se pode pegar o grande recurso, que é o recurso do IR. Infelizmente não temos ainda essa possibilidade, mas eu acho que vamos construindo e o IPTU e o ISS podem contribuir muito com esse procedimento. Sua fala é muito legal e da Vitória também, no sentido de que precisa fomentar dentro do espaço do Conselho, que tem a decisão de sair dele para onde vai o recurso, é ele que vai aprovar o projeto, vai definir todos os procedimentos. E depois é na regulamentação que se faz isso.

Agora, quanto ao Fumcad, vou entrar na questão polêmica dos 20%, que vêm também numa conversa com algumas pessoas, o Condeca também está propondo 20% dentro do seu encaminhamento junto à Assembleia, porque é a média das cidades que têm essa questão do direcionamento. Se pegarmos até 2003, quando não se tinha o direcionamento, o Fundo era muito pequeno, recebia 2,5 milhões. A partir do momento que vem o decreto 43.135, que permite o direcionamento, e vem com 10%, dá uma alavancada, chegamos a captar dentro do Fundo, na nossa época, mais de 80 milhões.

E aí estão o Armando e o Valter que sabem disso, e hoje caiu para 26, acho que essa queda se dá por um momento em que tivemos esse intervalo, que foi um momento duro do CMDCA, da forma como foi conduzido, da intervenção que veio do Poder Executivo naquele momento. Houve a intervenção de fato e foi triste para o Conselho, porque isso levou, coisa que nunca tinha acontecido no Conselho, o CMDCA, os projetos Fumcad, para folha de jornal. Isso nunca tinha acontecido, do ponto de vista pejorativo.

Então, os 20% são pela média. Agora, está tramitando no Congresso Federal

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

também, um projeto no sentido de discutir, validar junto ao Federal a questão da chancela. E isso é para o debate, podemos debater e chegar a algum consenso, acho que nada é reconstruído de forma a não ouvirmos. O que fico triste é que dessa vez, e falei isso no CMDCA, em uma hora que fizeram crítica a Fabiana, por não ter participado da audiência pública. E eu disse que não era culpa da Fabiana, porque sempre vinha a informação para o Conselho muito em cima da hora. E avisamos vocês de forma informal que era hoje e vocês foram avisados, mas de novo as entidades não participam do processo do debate. E também foram avisados na semana retrasada que era para estarem aqui, e não participam do processo da elaboração.

Por que estou falando isso? Porque quando se fala da questão do edital temático, este não era para ter reserva, mas esse é um debate que tem de ser feito no CMDCA, não é na lei, porque o CMDCA erra quando faz a questão da reserva por temático, ele deveria sair do fundão, por isso que o fundão é 20%. E quando se fala também na questão dos dois anos, não é uma proposta que saiu do CMDCA, é uma proposta do Executivo, do Governo Haddad, que veio de um para dois, que eu acho ser um equívoco, porque fica muito mais difícil captar. E isso, podemos também fazer uma discussão e colocar na lei, porque a lei tem uma questão fundamental, porque hoje é um procedimento legal, é por um decreto, mas o decreto é uma determinação pessoal do Prefeito, ou de quem está ali assessorando. Quando se coloca na lei é uma vontade do conjunto da população baseado no que os Vereadores estão representando.

Então, quando se coloca na lei se dá o respeito aquela proposta que surge de quem está aqui representando o povo que está lá fora, que não tem a voz, ou não tem o poder de decidir. E é por isso que elegemos Vereador. Elegemos Vereador para ouvir a população e em cima daquilo que está ouvindo, de fato, fazer uma lei que beneficie a sociedade em geral.

Então é isso e vamos para o debate. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Você quer falar, Valter, por favor, tem cinco minutos para suas considerações, vou só pedir que fale o seu nome e a entidade.

O SR. VALTER ESPÍNOLA JUNIOR – Bom dia, meu nome é Valter, sou do Instituto da Oportunidade Social, IOS, aqui de São Paulo. Não iria falar, mas o João fez com que eu

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

viesse aqui, porque ele foi muito humilde na sua fala, vou falar apenas da questão da juventude, não vou entrar na questão do CMDCA hoje, porque os responsáveis pelo CMDCA estão todos aí, acho que esse debate vai ficar para eles então.

Mas quero falar um pouco dessa questão e desse projeto da juventude. Você foi muito humilde, meu amigo, meu camarada, porque é o seguinte, o Ramirez aqui, nós já estivemos há algum tempo, debatemos essa questão, não vou falar pela minha entidade, mas nós trabalhamos com a juventude diretamente. Então, sentimos na pele a grande dificuldade de financiar essa turma, porque temos o CMDCA, que vai até uma faixa etária. Ótima, é uma lei maravilhosa que trabalhamos muito, nós captamos recursos para executar os projetos com os jovens e adolescentes. Porém, a partir dos 17 anos e 11 meses, a barba começou a crescer e aí, e os projetos, como ficam? Para por aí?

O primeiro emprego, tudo isso, enfim. Então, esse gap que se formou há muito tempo esteve, e hoje acredito que a partir do momento de algumas conversas com o João Santo, a nossa Vereadora, de pronto, já pegou e abraçou essa causa. E os demais Vereadores que fizeram parte também das comissões, também têm, eu acredito, no seu DNA essa visão do que essa demanda, o nosso futuro, porque você falou como eles estão hoje, mas imagine daqui a um tempo esses jovens que irão se beneficiar de uma série de coisas, seja de capacitação profissional, seja da sua inserção no primeiro trabalho. Tudo isso fará parte e deu início justamente a toda essa manobra do bem dessa lei, porque faz todo o sentido. E como já foi dito que outros estados participam disso, então por que não São Paulo se tornar o maior, o melhor e mais estruturado fundo da juventude?

Era isso que eu queria dizer. Deixando a humildade um pouco de lado, mas vocês são as pessoas que estão fazendo isso acontecer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pergunto se mais alguém deseja fazer o uso da palavra. Quero agradecer a presença de todas e de todos que estão presentes.

O João Santo foi muito feliz quando falou que a audiência pública é o espaço correto

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 09/11/2022 17:17:01.

do debate. E, às vezes, a gente sente falta da presença daqueles que são os maiores interessados em participar dos debates.

Esta é uma Casa de Leis, é a Casa do Povo. Quando nós promovemos a audiência pública, ela é pública, de fato. Quando nós trazemos temas tão importantes como esse é para que a sociedade possa participar e trazer as contribuições, como cada um de vocês que fizeram o uso da palavra trouxe hoje. Já antecipo dizendo que haverá a segunda audiência pública desses projetos no próximo dia 09 de novembro, às 10h30. Todos serão convidados oficialmente, mas já sabem, de antemão, e já podem divulgar para aqueles que também podem dar a sua contribuição tão importante.

Como Vereadora e tendo uma conversa com o João, com o Valter, com mais alguns colegas, eu não tinha percebido que nós não tínhamos o fundo da juventude, porque tem a Coordenadoria de Políticas para a Juventude na Secretaria, então subentende que as coisas acontecem, mas não, está tudo errado. É um momento importante que a gente vive e você tem toda a razão quando diz que a juventude é jovem hoje. Eu sou jovem, mas há mais tempo do que vocês, então quem me dera se, na minha época de juventude, a gente já tivesse o fundo, já tivessem pessoas pensando em mais políticas e em mais projetos. Acho que hoje a gente tem essa possibilidade e está nas nossas mãos.

Portanto, agradeço mais uma vez a cada um que se dispôs a estar conosco hoje trazendo suas contribuições e quero dizer que nós aguardamos vocês para a segunda audiência pública e por que não com mais contribuições em cima dos projetos apresentados. Certo?

Neste momento, declaro encerrada a audiência pública do PL 252/2022 e do PL 505/2022. Que tenham um bom dia, uma boa semana e que Deus abençoe as nossas vidas.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Matéria AUD 262/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 09/11/2022 e juntado ao PL 505/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=415383.